

RECENÇÃO LITERÁRIA

RUPERT SMITH; (2006); *THE UTILITY OF FORCE: THE ART OF WAR IN THE MODERN WORLD*; LONDON, PENGUIN. ISBN 0-141-02044-X



Manuel Alexandre Garrinhas Carriço ()*
Major de Infantaria

Antes de avançarmos para uma análise mais aprofundada da obra em estampa julgamos importante informar o leitor desta recensão sobre o *background* de Rupert Smith.

O General inglês na reforma Sir Rupert Smith ao longo dos seus quarenta anos de carreira militar no Exército britânico desempenhou funções de comando ao nível operacional e estratégico aquando da Guerra do Golfo de 1990-1991 (como comandante da Divisão Blindada do Reino Unido), durante a Guerra da ex-Jugoslávia onde comandou as forças das Nações Unidas na Bósnia (UNPROFOR) em 1995, foi comandante das forças britânicas na Irlanda do Norte entre 1996-1999 e posteriormente Vice-Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa (DSACEUR) da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) até 2001.

É com base nesta experiência acumulada em quase quarenta anos que Rupert Smith discorre sobre a arte da guerra e o conflito no mundo moderno, afirmando peremptoriamente que o conceito de guerra industrial que atingiu o apogeu aquando da Segunda Guerra Mundial já não existe e que a actual moldura doutrinária de projecção e emprego das forças militares pelos líderes políticos dos Estados não tem qualquer utilidade face à nova natureza dos conflitos, que denomina de “Guerra entre a População”, e onde a população é o verdadeiro campo de batalha no qual os contendores tentam arregimentar o seu apoio e se vêm por aquela envolvidos¹.

(*) Docente na Academia Militar das disciplinas de Relações Internacionais e História Militar II.

¹ Não confundir com o conceito de Guerra Popular de Mao Zedong.

Neste novo paradigma (para utilizarmos a expressão do autor) a população não é tão passiva “como se fosse um mar estagnado onde o guerrilheiro pode nadar”². Na verdade esta é agora uma relação dialéctica na medida em que a população tanto influencia o guerrilheiro como este afecta a população. Se a esta díade juntarmos as forças militares de uma qualquer coligação ou aliança então facilmente se deduz que é o “controlo por este mar” que estará em causa entre os dois blocos combatentes, isto se quiserem obter uma vitória no final.

A “Guerra entre a População” é caracterizada por seis grandes vectores (Smith, 2006, p. 17 e p. 267-305):

- (1) Os fins pelos quais se combate estão em mutação;
- (2) Combate-se entre a população;
- (3) Os conflitos tendem a prolongar-se no tempo;
- (4) Combate-se para se preservar a força;
- (5) Em cada ocasião são encontradas novas formas de emprego de armas “antigas”;
- (6) Os contendores são actores não-estatais.

Assim aquilo que assistimos e nos vemos envolvidos na actualidade e no futuro próximo é a um mundo pós-Estado-Nação no qual o Estado está a lutar pela preservação da sua supremacia, sendo neste contexto que as forças militares são projectadas e combatem, procurando preservar os interesses dos Estados sob uma envolvente operacional não-Estatal.

A agora “defunta guerra industrial” pode ser caracterizada pela existência de um padrão de alternância entre situações de paz e conflito segundo uma matriz histórica de previsibilidade assente numa dinâmica de paz- crise- guerra- resolução- paz. Num conflito deste tipo a vitória irá pender para o contendor que detiver mais recursos e a capacidade tecnológica e industrial para suplantar o seu adversário. Ao contrário do que sucede na “guerra entre a população” o povo³ aqui não passa de um “empecilho” considerado como incapaz de fazer frente à massiva força militar (bombardeamentos aéreos) dirigida contra si.

Se o advento das armas nucleares constitui o epitáfio da guerra industrial ou o último estágio da guerra total como alguns autores a preferem denominar, para Rupert Smith é difícil justificar a incapacidade do Estados Ocidentais em se

² Parafraseando em parte a expressão de Mao Zedong na qual o guerrilheiro deve-se movimentar entre a população como um peixe na água, assumindo no mínimo a passividade desta.

³ Aqui empregue por mim sem qualquer conotação ideológico-revolucionária.

conformarem com esta realidade, pois continuam a preparar-se para a próxima guerra a qual vêm como uma extensão da última. Assim travamos actualmente conflitos militares numa escala menor enquanto que a maior dimensão conflitual se regista no plano político.

Na verdade, existe actualmente um grande desfazamento entre aquilo que são os objectivos políticos e a forma como se pretende que estes sejam materializados através do emprego da força. Tal disparidade é o resultado da incapacidade das instituições políticas e militares acompanharem as profundas alterações tipológicas dos novos conflitos, continuando arreadas a uma doutrina de geração, treino, projecção e emprego das forças militares remanescente do período da guerra industrial (da guerra entre Estados) e por inerência da rivalidade americano-soviética durante a denominada Guerra Fria, a qual na verdade não passou de uma confrontação entre as duas super-potências⁴.

Ao invés os adversários actuais já não são Estados, mas grupos organizados segundo linhas políticas, sociais ou religiosas que perspasm as fronteiras nacionais. Estes adoptaram os ensinamentos de Sun Tzu, de Mao Zedong e de Vo Nguyen Giap que a maioria de nós parece ter esquecido numa qualquer bafienta prateleira da História Militar. Na verdade o pragmatismo destes estrategos orientais parece andar arredio dos seus actuais homólogos ocidentais dada a incapacidade (ou ainda mais grave, a recusa) em reconhecer que a força militar só tem utilidade prática em dois campos: matar e destruir ou coagir e dissuadir. Socorrer-se dela num qualquer conflito apenas como um mecanismo de resposta a uma crise transformando-a mais numa “cortina de fumos” destinada a mascarar a ausência de determinação política efectiva em empregá-la decisivamente, parece ter vindo a tornar-se a regra, com consequências trágicas especialmente para aqueles que actuam neste novo campo de batalha.

O apelo do autor a termos como referência permanente quando se pretende usar a força militar a “Santíssima Trindade” de Clausewitz (Estado, Exército e População)⁵ é uma constante nas páginas desta obra, que aplica quando descreve

⁴ Para o General Smith um conflito é o resultado de uma escalada na confrontação que termina com o emprego da força armada. No entanto um conflito é diferente de uma guerra pois o seu propósito não é o de derrotar as forças militares opositoras no campo de batalha mas antes criar as condições para a resolução do mesmo por outros meios (normalmente político-diplomáticos).

⁵ Para os leitores menos conhecedores de Clausewitz, originariamente, a “Santíssima Trindade” consistia na violência primordial e no ódio, nos efeitos da probabilidade e da sorte (que abre porta à criatividade e à coragem) e na subordinação da guerra à política (o que lhe dá um cunho de razão/racionalidade). A violência e o ódio são características da população, o espírito criativo do comandante do Exército, e a razão do governo.

a forma como um moderno grupo “terrorista” transnacional pode operar segundo um padrão rizomático. O centro reforçará as células bens sucedidas com fundos financeiros, meios humanos e armas de forma a estabelecer um santuário a partir do qual a célula se possa desenvolver. Esta terá grande latitude em termos de liberdade de acção desde que se encaixe na envolvente local. O centro não é o governo, as células não são um Exército⁶ e os seus membros não são “o povo”. Esta é uma guerra não-trinitária, tendo como base uma ideologia e que se propaga como se fosse um *franchising* (Smith, 2006, p. 329-330).

O referencial Clausewitziano é colocado em prática de forma ilustrativa no capítulo nono onde Rupert Smith descreve a sua experiência na Bósnia⁷ como comandante da UNPROFOR em 1995 e a forma como discretamente foi aumentando as forças ao seu dispor, contornando as intenções da maioria dos respectivos governos cujas unidades militares comandava. A sua correcta análise estratégica e do carácter do General sérvio Ratko Mladic acoplada aos ataques aéreos e de artilharia permitiram romper o cerco sérvio sobre Sarajevo colocando os sérvios-bósnios na defensiva, o qual resultaria nos Acordos de Dayton - ainda que o Rupert Smith seja honesto ao afirmar que tal só foi conseguido graças às vitórias militares das forças croatas e bósnias.

O mesmo referencial permite-lhe avançar com uma primeira explicação para o fracasso norte-americano e em menor escala britânico no Iraque ao apontar que a análise e o planeamento deveriam ter começado por identificar os objectivos estratégicos (a determinação da população iraquiana e dos seus líderes em resistir) e o emprego dos meios necessários a vencê-la ou a pelo menos mantê-la neutral, pelo que a entidade responsável por este planeamento não deveria ter sido o Pentágono mas agências que fossem materializar no terreno tal objectivo político, o que não aconteceu (Smith, 2006, p. 395). Deveriam ter sido levantadas uma série de questões aquando da fase de planeamento que, ou não o foram, ou então terão sido marginalizadas, as quais são essenciais para o sucesso de qualquer planeamento. A saber (Smith, 2006, p. 384-385 e 395):

- (1) Quem são os nossos opositores?
- (2) O que é que pretendem?

⁶ De facto, na obra em análise é utilizado o termo «army», que traduzido à letra significa Exército, no entanto somos da opinião que podemos alargar este conceito às Forças Armadas, termo que passamos a utilizar a partir de agora.

⁷ Onde as forças militares da ONU não tinham qualquer tipo de estratégia face à ausência de uma definição concreta dos objectivos políticos para a missão.

- (3) Que futuro ameaçam?
- (4) Quão diferente é este futuro daquele que pretendemos?
- (5) Queremos justiça ou ordem?
- (6) Numa escala entre ambas, onde está o nosso objectivo?
- (7) Se queremos justiça, ela é para quem?
- (8) Com quem vamos lidar, com os actuais líderes ou queremos outros no poder?
- (9) Neste caso quais serão?
- (10) Vamos mudar a actual liderança por completo?
- (11) Em caso negativo, quem permanece?
- (12) Iremos empregar as suas ou as nossas leis?
- (13) Se forem as nossas, pretendemos que alterem as deles?
- (14) Quem administra o Estado? Eles ou nós?
- (15) Conhecemos e identificámos suficientemente bem o objectivo ou objectivos a alcançar?
- (16) A que nível podemos em teoria alcançar os objectivos determinados através do recurso à força das armas? Podemos e devemos fazê-lo? Se sim, quando?
- (17) Em caso negativo, estamos preparados para os alcançar através da ameaça? O que é o oponente mais valoriza e que nós podemos ameaçar? O que que ele mais quer? Quando é que o devemos ameaçar?
- (18) Como demonstrar que a nossa ameaça é credível e que estamos preparados para efectuar uma escalada caso aquela não obtenha o sucesso desejado?
- (19) Como demonstrar que o nosso objectivo é mais desejável para a população e para o opositor do que o concretizar da nossa ameaça?
- (20) Como demonstrar ao nosso opositor que as suas ameaças são insuficientes e que recusamos as suas eventuais propostas?
- (21) Como garantir que as nossas promessas são credíveis aos olhos da população e do nosso oponente?
- (22) Como garantir que o nosso oponente e a população podem ser confiáveis?

Porquê então estes fracassos? A sua explicação centra-se na argumentação – persuasiva diga-se de passagem – de que a grande mutação ainda não devidamente assimilada é que na “Guerra Industrial” o objectivo era a destruição das Forças Armadas e a derrota do Estado opositor, enquanto que na nova morfologia de conflitos o fulcro do esforço de utilização da força (que se deseja como não aleatoriamente destrutivo) centra-se na população, que não

deve ser separada do fim que se pretende alcançar. As actuais e futuras operações devem ser conduzidas segundo um racional de recolha e emprego das informações e não segundo uma lógica de manobra e atribuição de acordo com os canones da “guerra industrial”.

Nesta óptica, o General Smith não tem meias palavras nem hesita em afirmar que os meios militares nesta nova tipologia conflitual ainda que contribuam para os fins, raramente por si só conseguem materializá-lo. A não ser que se vise a aniquilação do inimigo, a definição do objectivo será sempre política pelo que se torna vital que os políticos entendam as limitações do emprego do poder militar e que não recorram a ele como uma mera panaceia, destinada a mitigar o clamor da opinião pública perante uma qualquer crise humanitária ou conflito, permitindo-lhes prolongar a sua permanência à frente dos respectivos destinos nacionais (Smith, 2006, p. 311-312). A coordenação institucional nacional e internacional (quando fôr caso disso) assume aqui uma relevância que não pode ser marginalizada, sob pena de se condenar logo à partida a prossecução dos fins em conflitos que tendem cada vez mais a alongarem-se no tempo ⁸. Como refere o ditado popular “de boas intenções está o inferno cheio”...

No plano organizacional das forças militares, talvez passemos a necessitar de menos carros de combate e artilharia e de mais infantaria, forças policiais, antropologistas, e conhecedores de línguas e dialectos de forma a tornarem mais eficaz e eficiente o sistema de recolha e rentabilização operacional das informações. Se combatemos entre a população é importante que a compreendamos. Também serão relevantes especialistas em comunicação social, que sejam capazes de transmitir a mensagem à população de forma objectiva mas não menos apelativa. Aqui o autor não anda longe do preconizado pelo Marechal Foch segundo o qual a guerra é o domínio da força moral. Neste contexto e como Rupert Smith sublinha de forma feliz, a expressão “teatro de operações nunca foi tão apropriada como agora”.

O autor reforça uma constatação, a de que a enorme vantagem em termos tecnológicos e de poder de fogo que se emprega nas novas missões atribuídas não é suficiente para se obter uma vitória na “guerra entre a população”, graças em grande parte, a uma deficiente definição dos objectivos no plano político, resultante

⁸ Clausewitz recomendou que o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas deveria ter um assento do tipo ministerial, não com a intenção de aconselhar militarmente os políticos, mas sim para que as forças armadas tivessem uma compreensão concreta dos objectivos políticos e empregassem adequadamente a força.

de uma lamentável confusão entre aquilo que são os meios e os fins⁹. Terminologia pomposa como a de “Guerra Assimétrica”¹⁰ e “Guerra Centrada em Rede” tende a toldar a realidade que as armas e os equipamentos subjacentes a estes conceitos são de tal forma dispendiosos que nenhum comandante militar no seu mais perfeito juízo se arriscaria a perdê-los, para além do facto de serem de utilidade prática limitada no contexto da “Guerra entre a População”. Na verdade, actualmente, e dados os elevados custos associados com o pessoal e o material militar os países ocidentais combatem para preservarem a sua capacidade¹¹ e a sua força (Smith, 2006, p. 292-297).

Em resumo, este é um excelente livro que busca unir uma certa prática proselitista Leninista (no contexto específico do recurso à propaganda para cativar a população) com as técnicas de guerrilha de Mao Zedong e o declínio do sistema internacional assente no Estado. Conjuntamente com as duas obras de Martin van Creveld (*The Transformation of War* e *The Future of War*), o livro de Thomas Hammes (*The Sling and the Stone*), o de Martin Shaw (*The New Western Way of War*) e o de Qiao Liang e Wang Xiangsui (*Unrestricted Warfare*), *The Utility of Force* no final das suas 404 páginas dará ao seu leitor uma visão mais realista e apurada do tipo de conflitos que iremos travar a curto e a médio prazo¹².

A presente obra é pois um verdadeiro *tour de force*, um relevante Tratado sobre a “guerra moderna”, uma expressão que está em constante revisão graças à permanente mutação do tipo de inimigos e das estratégias empregues por estes contra as forças armadas dos Estados que com eles se digladiam.

É sem sombra de dúvida de leitura obrigatória, merecendo uma devida e tão profunda quanto necessária ponderação e reflexão, não apenas pelos líderes políticos como pelas chefias militares. O livro pela linguagem simples e objectiva que

⁹ A vitória norte-americana na Guerra do Golfo em 1991 enebriou a maioria dos seus estrategistas que continuaram a acreditar que o objectivo continuaria a ser o de destruir a mente da população (e a sua vontade de combater), e não tentar modificá-la em seu favor. Veja-se Robert Pape; (1996); *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War*; Ithaca, Cornell University Press. A doutrina Weinberger/Powell (respectivamente, antigos Secretários da Defesa e Chefe de Estado-maior General das Forças Armadas) não obstante as variações semânticas da doutrina *Shock and Awe* do também ex-Secretário da Defesa Donald Rumsfeld, é um prolongamento dos ensinamentos da guerra industrial levada a cabo contra o Vietname: combater apenas por interesses vitais; combater apenas para vencer; combater apenas em último recurso; combater com força esmagadora; e terminar rapidamente o conflito.

¹⁰ Uma falácia, pois numa guerra busca-se sempre a assimetria, a superioridade face ao adversário.

¹¹ Que define Capacidade = Meios x Forma de Emprego² x 3 Determinação (Smith, 2006, p.242).

¹² Leiam-se ainda que num contexto mais generalista Andrew Krepinevich (*Emerging Threats, Revolutionary Capabilities, and Military Transformation*) e Robert Scates (*Future Warfare*).

utiliza, pela perspectiva histórica mas evolutiva e crítica que faz da arte da guerra desde a época Napoleónica até aos nossos dias, insere no seu conteúdo uma parte substancial dos programas de unidades curriculares ministradas nos cursos da Academia Militar, demonstrando o quanto são importantes a História Militar II ¹³, a Teoria das Relações Internacionais ¹⁴ e a Teoria Geral da Estratégia ¹⁵ para a compreensão do papel das Forças Armadas na prossecução de objectivos políticos dos Estados. Nesta perspectiva é uma obra que os cadetes deverão ler e digerir lenta mas criticamente com o apoio dos docentes destas unidades curriculares. Assim estes o queiram!

¹³ Leia-se as duas primeiras partes.

¹⁴ Leia-se a terceira parte.

¹⁵ Leia-se os quintos e sextos capítulos da segunda parte e a terceira parte.